

Página 13

PT

■ Nº 204 ■ OUT/2019

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

LIBERDADE

VÁ!



INTERNACIONAL

Argentina:
tudo conforme previsto

Páginas 3 e 4

7º CONGRESSO DO PT

Entrevista com
Ana Afonso

Página 15



Lutar, lutar e lutar

Desta vez, falhamos: Página 13 de setembro saiu quase em outubro. Pedimos desculpas, não apresentaremos justificativas, mas apenas uma explicação: apenas no dia 20 de setembro foi divulgada a totalização do PED. E o atraso resultante coincidiu com os prazos de apresentação da nossa chapa ao Diretório Nacional do PT. Esperamos recuperar o atraso na edição de outubro, que será distribuída no Congresso Nacional da CUT e nos congressos estaduais do Partido dos Trabalhadores. Isso posto, dedicamos o restante deste editorial a reproduzir a primeira parte do texto com o qual inscrevemos nossa chapa ao Diretório Nacional e nossa candidatura à presidência nacional do PT. A segunda parte, dedicada a conjuntura, está nas páginas X a Y desta edição.

Vivemos tempos de guerra. Guerra de ricos contra pobres. Guerra de empresários contra trabalhadores. Guerra do agronegócio contra camponeses, indígenas e quilombolas. Guerra de latifundiários urbanos contra o povo sem teto. Guerra de especuladores contra aposentados. Guerra de machistas contra as mulheres. Guerra de racistas contra negros e negras. Guerra dos intolerantes contra os LGBT. Guerra de conservadores contra a juventude. Guerra de fascistas contra as liberdades democráticas. Guerra da ignorância contra a educação libertadora. Guerra dos imperialistas contra as nações periféricas. Guerra do capitalismo contra a humanidade. Guerra da morte contra a vida em nosso planeta.

A classe trabalhadora, o povo pobre, camponeses, indígenas, quilombolas, sem teto, aposenta-

dos, mulheres, negros e negras, os LGBT, a juventude, os democratas, os povos de todo o mundo precisamos vencer esta guerra. Só assim teremos um mundo em que caibam todas e todos, só assim teremos igualdade, liberdades democráticas, soberania, integração, outro mundo possível, o socialismo. Ou vencemos esta guerra, ou será a barbárie.

Nossos inimigos têm a seu favor o Estado, os grandes meios de comunicação, o poder econômico, a manipulação dos corações e mentes, o imperialismo. Nós, das classes oprimidas e dominadas, temos a nosso favor a organização. É a organização que nos permite conscientizar, mobilizar, lutar, resistir, é a organização que nos permite, mais cedo ou mais tarde, conquistar o poder para as classes trabalhadoras poderem construir um novo Brasil e um novo mundo.

Quando criminalizam o pensamento de esquerda, reprimem os movimentos sociais, sufocam o sindicalismo, matam Marielle, prendem Lula, tentam cassar a legenda do PT, nossos inimigos buscam inviabilizar a organização da classe trabalhadora. Frente a cada um destes ataques, nossa resposta é e continuará sendo organizar, inclusive e principalmente organizar um partido para tempos de guerra, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

Um PT capaz de retomar a confiança da maioria da classe trabalhadora brasileira e dos setores excluídos pela lógica capitalista. Um PT capaz de organizar uma frente política e social de esquerda, para lutar contra o governo Bolsonaro, contra o conjunto das forças golpistas, contra o capitalismo e todas as formas de opressão e dominação. Um PT militante, com

centenas de milhares de quadros políticos conscientes do seu papel histórico, atuando no dia a dia dos mais variados espaços, organizando núcleos, setoriais, zonais, sindicatos, associações, movimentos de luta dos mais variados matizes. É este o PT que precisamos extrair do 7º Congresso.

Para tanto, devemos começar nos libertando de todas as ilusões. A ilusão dos que acreditavam que se a esquerda desistisse da revolução e do poder, a direita desistiria dos golpes e das ditaduras militares. Que se desistíssemos da expropriação dos capitalistas, estes aceitariam a distribuição de renda e poder. Que se deixássemos de lado o anti-imperialismo, os Estados Unidos e seus aliados aceitariam a integração regional e respeitariam nossa soberania. Que se a esquerda fosse campeã do republicanismo e do “estado de direito”, o outro lado abriria mão do “estado da direita”.

O preço das ilusões, todos sabemos: o golpe de 2016, Lula preso, um cavernícola na presidência, o Brasil e a América Latina regredindo. Apesar disso, há setores que resistem em fazer a autocrítica das ilusões!

Dizem que o golpe foi causado porque Dilma não soube “dialogar”; que as forças armadas apoiaram o golpe porque foram “provocadas”; que a condenação e prisão de Lula foram obra apenas de Moro e Dallagnol, não do “partido do judiciário”, do “partido da mídia” (Globo à frente), do “partido dos generais” e do grande Capital. Que Haddad seria eleito se atraísse o “centro”; que o governo de Bolsonaro é frágil; que a libertação de Lula depende apenas de convencer este ou aquele juiz; que o grande empresariado já se deu conta de

que era feliz e não sabia.

A cada derrota, os semeadores de ilusões buscam novas. Não conseguem perceber que na luta de classes vale a máxima: se queres a paz, prepara-te para a guerra.

Lula pode ser libertado, Bolsonaro pode ser derrotado, nossos inimigos podem ser divididos, podemos derrotar a direita nas eleições de 2020 e 2022, podemos voltar a governar o país. Mas para isso, só há um caminho: lutar, lutar e lutar. E os que vivem no mundo das ilusões, não conseguem lutar adequadamente.

A luta será mais ou menos longa, a depender do que ocorra no mundo; das divisões na coalizão golpista; e, principalmente, de nossa capacidade de conscientizar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora. É esta capacidade que precisamos extrair do 7º Congresso.

Sendo tão importante, não admira que o 7º Congresso do PT venha sendo palco de muitas batalhas: da democracia contra a fraude; do partido de luta, contra a legenda eleitoral; do partido antissistema, contra a politicagem tradicional e fisiológica; da oposição radical, contra a frouxidão; das reformas estruturais e do socialismo, contra a socialdemocracia e o social-liberalismo.

O 7º Congresso é, também, a batalha contra quem deseja “virar a página do golpe”, se curvar às conveniências, escolher atalhos que terminam em becos sem saída, fazendo péssimos acordos para evitar os riscos inevitáveis de toda boa luta. Em resumo, o 7º Congresso é a batalha entre quem cultiva ilusões e quem semeia esperanças. ★

Expediente

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

ISSN 2448-0150-186

Direção Nacional da AE: Damarci Olivi/MS, Daniela Matos/DF, Jandyra Uehara/SP, Julio Quadros/RS, Mucio Magalhaes/PE, Natalia Sena/RN, Patrick Campos/PE, Valter Pomar/SP. Comissão de ética: Jonatas Moreth/DF, titular; Sophia Mata/RN, titular; Rosana Ramos/SP, suplente; Pere Petit/PA, suplente.

Edição: Valter Pomar, Emilio C. M. Font. **Secretaria Gráfica e Assinaturas:** Edma Walker edmawalker@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000. Aceso: www.pagina13.org.br

Argentina: tudo conforme previsto

A gestão Macri na Argentina (2016-2019): de novo o fracasso neoliberal

■ Vitor Schincariol

Os governos de Cristina Kirchner (2007-2015), ainda que estimulando com suas políticas um empresariado local que não a queria, insistia em dizer que deveria existir uma Argentina soberana, em que o povo trabalhador deveria viver decentemente, e que era necessário existir uma indústria doméstica para haver renda e trabalho. Nas condições e limites dados por um governo de conciliação de classes na periferia do capitalismo global, Cristina buscava governar, na visão peronista, para as chamadas ‘classes produtoras’ (empresariado industrial e trabalhadores), nos marcos de uma orientação mais ou menos cepalina. É claro que havia limites e problemas, começando com a suposição de que o suposto empresariado seria de fato um ‘parceiro’ em um tal suposto projeto nacional. A economia continuava dependendo muito do comércio exterior e a distribuição de renda permanecia ruim. O dólar continuava a referenciar as poupanças privadas (inclusive a cotação de imóveis). Houve casos de corrupção de membros do governo.

Mas, o que é mais importante, desde 2003, do governo de Néstor Kirchner em diante, a renda do povo pobre aumentou, o endividamento externo e público caí-

ram, e a crise de 2001 foi superada com uma bem-sucedida renegociação da dívida externa deixada pelo catastrófico legado da dolarização. (O crescimento chinês e brasileiro ajudaram também a vender e recompor as finanças do Estado.) O governo buscou proteger a indústria com uma política semi-protetionista, e a taxa de desemprego baixou (ver <<https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalsat>>). A Argentina, como nação exportadora, colheu bons frutos do comércio exterior naquele contexto, e as administrações Kirchner souberam administrar a melhoria fiscal, diminuindo o endividamento externo e mantendo superávits, enquanto isso foi possível (até meados de 2011). Novos direitos foram concedidos, o estado ampliou benefícios aos pobres, e o país buscava, junto ao Brasil, caminhos comuns para a região. O justicialismo buscou fortalecer-se como movimento político, angariando apoio entre os jovens.

Mas os mesmos efeitos tardios da desaceleração internacional vistos no Brasil a partir de 2013-2014 atingiram a Argentina, e isso minou parte das forças justicialistas nas eleições contra Macri em 2015. De repente, os oficialistas passaram de bons administradores a culpados por tudo de ruim... A mídia corporativa não os poupou da tentativa enfim fracassada de democratizar os meios de comunicação.

Na verdade, o ambiente internacional continuava determinante, nas condições ainda vigentes da chamada globalização. As forças desalojadas do poder desde o surgimento

do kirchnerismo receberam então todo o apoio da mídia corporativa. A coalização direitista Cambiemos, recentemente criada, explorou eleitoralmente a desaceleração da economia. À sua testa, Mauricio Macri, executivo medíocre, ex-presidente do clube Boca Juniors, cuja fortuna paterna estava ligada a negócios obscuros junto à última ditadura militar (1976-1983), incluindo o leilão de empresas públicas (‘patria contratista’).

A eleição de dezembro de 2015 na Argentina dividia o que se chamava no ISEB de polos nação e anti-nação. De um lado, os defensores dos direitos democráticos, trabalhistas, da produção local, da autonomia nacional, das alianças regionais; de outro lado grupos a operarem localmente as políticas do neocolonialismo, especialmente financistas pagos para orquestrar ataques a direitos sociais, ao patrimônio público e para organizar o aprofundamento da internacionalização financeira do país (mais dívida). Por uma pequena margem, venceu nas urnas o segundo grupo no segundo turno, que evidentemente vendia tais políticas sob outros rótulos (‘¡Cambiemos!’...), no estilo da micro-política de Gene Sharp. O discurso oficial de Macri era o de manter o que ia bem e supostamente melhorar o que não ia bem; propagandeando um combate ao que se chamava de ‘corrupção k’, a campanha foi cheia de mentiras. Com sua vitória, a maioria do povo argentino decidiu -por cansaço, despolitização, irresponsabilidade, ignorância ou mesmo crença sincera- apostar numa nova rodada neoliberal. Agradando ao grande capital, quem sabe a Argentina não seria de novo a menina dos olhos do mercado global (como foi até a crise de 2001)? Os investimentos voltariam, a ‘confiança’ se reativa-

ria, novos empréstimos seriam facilitados etc..

Mas a macroeconomia não é tão simples. O resultado destas políticas conduziu à fuga de capitais, à financeirização da economia, à inflação e ao desemprego. Mudou-se, para pior.

Logo de início, desvalorizou-se o peso, estabeleceu-se o fim do controle de câmbio (cepo) e o fim dos impostos sobre exportações, em nome de um liberalismo de livros didáticos, mas conveniente aos inimigos do povo argentino. As importações foram facilitadas e as tarifas de serviços públicos foram corrigidas violentamente, em nome da ‘verdade dos preços’, sendo também atreladas às variações do dólar (!). As consequências foram logo de início um aumento da inflação e uma perda progressiva de divisas.

De fato, o governo Macri pôs de lado a ideia de um projeto nacional nos marcos do capitalismo retomado por Néstor Kirchner. Consolidou o ‘polo anti-nação’ local como correia de transmissão dos interesses financeiros norte-americanos, desferindo uma série de duros golpes contra a soberania argentina, a começar pelo lado financeiro. Neste sentido, o governo decidiu pagar os chamados ‘fundos abutres’, que não haviam aceitado negociar a dívida externa argentina nos termos impostos por Néstor Kirchner em 2003, corajosamente enfrentados depois por Axel Kiciloff (Ministro de Economia de Cristina). Com isso abriu-se um precedente que levou a uma série de outras contestações jurídicas à renegociação da dívida soberamente e habilmente gerida por Néstor (incluindo um deságio muito favorável). Certamente, uma grande vitória para os ban-



Christine Lagarde, Diretora-Gerente do FMI e o presidente argentino Mauricio Macri



cos internacionais... O argumento? Retirar a Argentina da condição de suposta 'pária', e a garantia do retorno do país ao mercado internacional de capitais em condições aparentemente mais favoráveis. 'Pária', na linguagem dos fundos abutres, denota na verdade o país que não se endivida irresponsavelmente em moedas que não pode emitir.

Como se disse, o governo liberou os controles de câmbio, vigentes desde a segunda administração de Cristina. Esta medida de Macri atendia a outro dogma vendido ao grande público, copiado dos manuais truchos de macroeconomia: a Argentina deveria manter um câmbio livre e flutuante, tal como todos os países 'respeitáveis'... Controles seriam coisas do passado, sinal de políticas 'intervencionistas'. De fato, o grande capital só quer a 'intervenção' que lhe convém. Os controles de câmbio estavam vigentes não por capricho da ex-mandatária, mas porque a Argentina -neste caso diferentemente do Brasil- passava desde 2015 por um agravamento de suas restrições do balanço de pagamentos concatenado a uma pressão sobre o peso, com o nível de reservas do Banco Central caindo a níveis baixos. Era um outro ambiente externo, diferente de 2003-2010. As exportações caíram desde 2011, junto com a cotação da maioria das exportações. Assim, desde 2010 surgira um déficit nas transações correntes com o exterior, apenas agravado desde então. A dívida externa, porém, matinha-se estabilizada, e para evitar uma crise cambial estrutural o governo de Cristina limitava o acesso à moeda forte no mercado local. O controle feria os sensíveis sentimentos das classes médias globalizadas que também existem na Argentina.



Manifestação contra o ajuste de Macri e o acordo com o FMI

Macri explorava hipócritamente esta e outras insatisfações, jogando-as contra Cristina.

Em macroeconomia, não há uma decisão que geralmente não acarrete um custo. A decisão de Cristina e Axel Kiciloff era a de manter estável a dívida em moeda forte, diminuindo gastos com turismo no exterior, selecionando importações estratégicas e evitando uma crise aberta do peso; o custo era o velho controle de câmbios, ressurgido em muitos lugares, deliberadamente ou por necessidade. A condição subjacente explicativa era a queda das exportações e dos preços das commodities, ocorrida também pela desaceleração brasileira. De fato, a consequência da liberação do câmbio num ambiente de contínua queda das exportações e apenas moderada entrada de investimentos estrangeiros podia ser prevista: crise cambial. Talvez Macri e seus ministros soubessem disto, e tenham usado uma pressão sobre o peso em 2017-2018 para, justamente, trazer o FMI de volta ao país, num empréstimo de 50 bilhões -o maior da história do Fundo. Neste caso, os representantes locais do capital financeiro global se comprometeram a aplicar a política estagnacionista do Fundo, rifando de facto a soberania nacional.

Porém, como se não bastasse, a

primeira parcela de 15 bilhões que o país recebeu em 2018 foi ceifada mais ou menos rapidamente ao longo do segundo quadrimestre, com fuga e exportação de capitais, temperada por mais déficits comerciais (a despeito do baixo crescimento!). Outra parcela foi liberada no fim do ano. E, o que houve em 2019? Uma crise cambial! É evidente que qualquer empréstimo do FMI que não reativasse o controle de câmbio e de movimentos de capitais só teria servido para aumentar a dívida externa, permitir fugir do país um capital antes 'represado' em pesos e cercar a soberania da política econômica. É claro que o Fundo sabia dos riscos destas cambalhotas, mas o próprio Fundo é uma câmara de securitização de interesses ainda mais poderosos junto ao país.

Deu-se também um ataque ao pagamento de aposentadorias -com forte repressão policial nas ruas- e aumentou-se a quantidade de trabalhadores que pagam imposto de renda (impuesto a las ganancias). Vendo a crise fiscal agravar-se, o governo também voltou a adotar os impostos sobre as exportações. Enquanto a economia real involuiu e a situação fiscal se agravou -a dívida interna do governo saltou de 35 para 44% do PIB entre 2016 e 2018-, o governo praticava a velha política dos juros altos para seus títulos, constituin-

do o que na Argentina se chama jocosamente de bicicleta financeira. Ou seja, com sua macroeconomia pró-ricos, o governo retirava subsídios aos pobres e os transformava em subsídios para financistas.

Em suma, eis a evolução do quadro econômico de 2015 a 2018: déficit fiscal subindo de 3,7% a 6% do PIB; déficit em transações correntes de 2,7% a 5% do PIB; aumento do déficit comercial e do desemprego (oficialmente de 6,5% a quase 9%); dívida externa de 17 a 41% do PIB (!); o peso chegou a 60 dólares e a inflação chegou a aproximados 47% em 2018. Nos últimos dias, surgiu mesmo uma moratória disfarçada das obrigações oficiais em peso. As restrições em moeda forte mantêm-se, gerando mais inflação pelo abandono do peso como divisa de reserva.

A maioria da população parece ter reprovado tal condução econômica nas PASO (eleições primárias) há alguns dias. Se assim for, caberá de novo ao justicialismo a tarefa de reconstruir uma economia ceifada em nome de dogmas. Mas as condições externas não serão tão favoráveis desta vez, o que complicará a execução de qualquer política econômica de sucesso. ★

Vitor E. Schincariol é professor na Universidade Federal do ABC

Elites fazem “movimento em pinça”

Página 13 publica abaixo a análise de conjuntura contida na tese apresentada pela “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha”, quando da inscrição da chapa ao DN e da candidatura a presidência nacional do PT.



A conjuntura internacional segue tensa. Há dois fatores fundamentais de tensão. Por um lado, crescem os sinais de que pode ocorrer algo de gravidade similar aos fatos de 2008. Por outro lado, a tensão político-militar: no momento, com o foco nas relações entre EUA, Arábia Saudita e Irã. O pano de fundo da tensão segue sendo o conflito entre Estados Unidos e China, em torno da hegemonia mundial. Como parte do ambiente de tensão, operam a extrema direita e o fascismo.

A tensão internacional tem fortes rebatimentos na conjuntura da América Latina. Nos próximos meses teremos três eleições presidenciais importantes: o cenário é promissor para o campo popular, especialmente na Argentina, porém mais complexo no Uruguai e Bolívia. Na Colômbia, o governo estimula o massacre dos antigos guerrilheiros das Farc, perpetrado por organizações paramilitares. A situação segue instável e tensa na Venezuela: por um lado, o governo consegue produzir um acordo com setores da oposição; por outro lado, há uma escalada do conflito fronteiriço com a Colômbia, agravada pela decisão – tomada por uma maioria de governos liderados pela direita — de invocar, contra a República Bolivariana, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). De conjunto, a es-

querda latino-americana enfrenta e seguirá enfrentando uma situação muito diferente daquela aberta entre 1998 e 2003, com a eleição de Hugo Chávez, Lula e Kirchner.

No plano nacional, prossegue a ofensiva do governo e da maioria conservadora do Congresso contra os direitos sociais, contra as liberdades democráticas e contra a soberania nacional. A lista de maldades é longa: a reforma da previdência caminha para ser aprovada no Senado; facilitou-se o porte de armas para os latifundiários; a base de Alcântara está sendo “ofertada” aos Estados Unidos; voltam as privatizações; o ataque contra os direitos trabalhistas e sindicais prossegue; aumentam as ações e ameaças de censura a filmes e outras produções culturais, como o caso do filme Marighela e da Bienal do Rio de Janeiro; até mesmo o autofinanciamento das entidades estudantis por meio da carteirinha da UNE está ameaçado. Como resultado das ações do governo, crescem o desemprego, a informalidade, a miséria, a desassistência por parte dos serviços públicos (destacadamente na saúde), crescem o feminicídio e a violência policial, aumenta o envenenamento por agrotóxicos e as queimadas proliferam na região amazônica e no cerrado.

Por outro lado, a piora nas condições gerais do país e da população reforça e amplia o repúdio ao governo Bolsonaro. Mas isto não deteve, nem derrubou o governo, que demonstra até agora alta resiliência, conseguindo avançar na aprovação de seus projetos e segue tratando, a sua maneira, dos problemas que vão surgindo no seu caminho. A crescente impopularidade do governo não está sendo acompanhada de uma ampliação das mobilizações sociais. Pelo contrário, depois da aprovação da

reforma da previdência na Câmara dos Deputados, houve um refluxo nas lutas sociais. Há uma dispersão de iniciativas e pautas, uma dificuldade de mobilizar amplas massas, o risco de que votações importantes na Câmara passem inclusive com pouco protesto social. É como se parcelas importantes do povo e da militância não acreditassem ser possível, ao menos neste momento ou por este caminho, deter ou derrotar o governo Bolsonaro. Alguns setores atuam como se determinadas derrotas fossem inevitáveis e contra elas não fosse importante pelo menos marcar posição.

A piora no ambiente social é acompanhada por crescentes conflitos entre os diferentes setores que apoiaram a eleição de Bolsonaro. Em parte esses conflitos decorrem de diferentes posições existentes no golpismo, por exemplo, entre os que querem destruir toda a institucionalidade prevista pela Constituição de 1988 (vide o tweet de Carlos Bolsonaro, falando da impossibilidade de mudar o país através da via democrática) e os que querem preservar esta institucionalidade (que, diga-se de passagem, foi a mesma que praticou o golpe, viabilizou a prisão de Lula e permitiu a eleição de Bolsonaro).

Frente às ameaças fascistas e de aprofundamento do estado de exceção, na ausência de fortes lutas sociais e na presença de conflitos intergolpistas, uma parte da esquerda brasileira está sendo novamente atraída para a crença de que a crise teria solução “por dentro” da institucionalidade e “através” de alianças com setores de centro-direita. Em todos os partidos de esquerda, se intensifica a movimentação relativa às eleições 2020 e 2022, há novas expectativas de que o STF delibere favoravelmente sobre Lula, cresce a po-

lêmica sobre a natureza da frente (“democrática” ou “popular?”) necessária para derrotar o bolsonarismo.

Nesse contexto, o PT é vítima de um “cerco em formato de pinça”. Por um lado, a extrema direita, liderada pelo bolsonarismo, continua operando com o objetivo de liquidar o petismo. Recentemente, Olavo de Carvalho chegou a dizer que o problema do país não é a corrupção, é o Foro de São Paulo; e que todos os partidos a ele ligados, a começar pelo PT, deveriam ser impedidos de funcionar. Por outro lado, a centro-direita busca cooptar setores da esquerda para uma espécie de “bolsonarismo sem Bolsonaro”. Ciro Gomes voltou a atacar Lula e o PT, deixando claro que com ele (Ciro) na presidência o petismo continuaria a ser tratado como uma quadrilha. Um movimento chamado “Direitos Já” é lançado, com a participação de FHC, Anastasia e outros do gênero, mas sem Lula Livre. Governadores ligados à oposição, como Flávio Dino e Rui Costa, buscam se posicionar como candidatos desta frente “democrática” (uma “democracia” entre aspas, em que o tema da prisão política de Lula é tratado como questão menor).

Tanto a esquerda em geral, quanto o PT, estão divididos entre defensores de duas táticas: os que defendem uma “frente democrática” com a centro-direita e os que defendem uma frente democrático-popular. A rigor, trata-se de polêmica semelhante às ocorridas em outras épocas: participar ou não do Colégio Eleitoral? Assinar ou não a Constituinte? Apoiar ou não o governo Itamar? Naquelas polêmicas, o Partido Comunista do Brasil adotou as posições que está adotando agora, numa atitude que é coerente com sua visão programática e estratégica, que parado-



xalmente reproduz a essência das posições da Declaração de Março de 1958 do antigo PCB.

Já o Partido dos Trabalhadores, que em outras conjunturas optou por demarcar o campo de classe, mesmo que a custo de relativo e passageiro isolamento, hoje está sendo arrastado para a posição de “quinta roda do carro”, na qual endossaria outro “pacto por cima”, legitimaria um novo “pacto das elites”, aprofundando a linha de conciliação de classes que no passado recente conduziu o Partido a pesadas derrotas, aceitando secundarizar as pautas da classe trabalhadora e dar centralidade à versão descafeinada da chamada “pauta democrática”, onde se fala de democracia sem Lula Livre e sem liberdade de organização popular.

Nossa posição é nítida: na encruzilhada entre uma nova transição conservadora e um duro e difícil enfrentamento, o PT deve liderar o enfrentamento. Se não houvesse outros motivos, bastaria este para justificar a nossa chapa ao DN e nossa candidatura à presidência do Partido.

A situação interna do PT — em que setores importantes defendem posições que, no limite, sacrificam o conjunto do Partido — só pode ser compreendida levando em conta três fatores. Por um lado, o ambiente geral de refluxo das lutas sociais, totalmente diferente do que ocorria nos anos 1980, quando o PT recusou ser aliado subalterno da frente comandada pelos liberais. Por outro lado, a inércia de quase 25 anos (1995-2019) de uma estratégia de centro-esquerda, que leva muitos petistas a tentar repetir o que acham que teria dado certo no passado, sem atentar para o fato de que a história não se repete, salvo como tragédia ou farsa. Hoje, repetir a tática dos anos 1990 seria “dar as mãos” para quem apoiou o

golpe contra Dilma, apoiou a condenação e prisão de Lula, apoiou ou lavou as mãos frente à eleição de Bolsonaro e, principalmente, apoia o programa ultraliberal que castiga o povo. Finalmente, como terceiro fator, há o alto nível de institucionalização e burocratização das direções partidárias, o que facilita atitudes de “baixo risco” cujo único objetivo é preservar espaços e cargos.

Nas bancadas parlamentares, nos governos, na tática eleitoral, na campanha Lula Livre e nos movimentos sociais, fica clara a existência de duas táticas no interior do PT: a tática de acúmulo de forças através da oposição e do enfrentamento social; e a “tática” de baixar o perfil e esperar a onda passar, mesmo que à custa da capitulação e adaptação, explicando-se assim a fragilidade e dubiedade com que muitas vezes a campanha Lula Livre é tratada por setores da direção petista.

A tática da oposição e do enfrentamento só terá êxito se for respaldada por uma ampla mobilização social. Esta mobilização virá, mais cedo ou mais tarde, e é neste sentido que devemos concentrar nossos esforços e investir nossas energias. E é com esta orientação que vamos participar dos congressos estaduais e do congresso nacional do PT, assim como do congresso nacional e dos congressos estaduais da CUT.

A batalha pela mudança de rumos do PT, pela superação da estratégia de conciliação, pela elaboração de uma tática e uma ação política capaz de libertar Lula e derrotar o Bolsonaro, passa pela disputa do 7º Congresso do Partido dos Trabalhadores. É para contribuir nisto que inscrevemos a chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha” e a candidatura do companheiro Valter Pomar à presi-

dência nacional do Partido.

“**Nossa posição é nítida: na encruzilhada entre uma nova transição conservadora e um duro e difícil enfrentamento, o PT deve liderar o enfrentamento. Se não houvesse outros motivos, bastaria este para justificar a nossa chapa ao DN e nossa candidatura à presidência do Partido.**”

Nossa chapa e candidatura seguem abertas ao diálogo com todos os setores do Partido que defendem posições semelhantes às nossas. A maioria numericamente “absoluta” que resultou do PED de 8 de setembro, maioria vitimada por irregularidades e fraudes de diversos tipos, ainda está longe de ser uma maioria política.

Embora coincidam na estratégia, os setores do Partido que “venceram” as eleições internas de 8 de setembro de 2019 estão divididos acerca da tática. Isto ficou evidente na polêmica pública entre Rui Costa, a executiva nacional do PT, o senador Jaques Wagner e o próprio Lula. O senador Wagner achou “totalmente descabida” a resolução adotada pela executiva nacional contra as posições anti-partidárias do governador Rui. No fundo da polêmica, mais do que uma divergência política, está saber quem deve ter a “última palavra” sobre a posição do PT: as

instâncias partidárias ou os mandatários eleitos pelo partido?

Outro exemplo de divisão acerca da tática aparece nas contradições declarações da presidenta Gleisi Hoffmann, de um lado, e do ex-candidato a presidente Fernando Haddad, de outro lado, acerca do movimento “Direitos Já”. Finalmente, há a política de alianças em 2020: faremos ou não alianças com partidos golpistas? Faremos ou não alianças com partidos que defendem que Lula deve continuar preso? Responder a estas questões é uma das tarefas centrais do 7º Congresso.

Como temos dito desde 2015, vivemos tempos de guerra. O grupo que hoje controla a direção nacional do PT não se preparou para isto. Muito pelo contrário, seguiu adotando uma estratégia equivocada e superada, incapaz de repositonar o PT na nova etapa da luta de classes. Por isto, sofremos derrotas estratégicas entre 2016 e 2018. Hoje seguimos pagando o preço disto. Reverter a situação, libertar Lula, derrotar e derrubar a coalizão golpista, retomar o governo e a caminhada em direção a um Brasil democrático, popular e socialista não é assunto para uma corrida de cem metros, mas sim para uma maratona com obstáculos.

O centro da questão segue sendo colocar a classe trabalhadora em movimento, em defesa de seus direitos, liberdades, objetivos imediatos e históricos. Fazê-lo depende em boa medida de o PT mudar sua linha política e seu método de funcionamento.

É isto que queremos do 7º Congresso: um PT à altura de conduzir a luta da classe trabalhadora para derrotar o governo Bolsonaro, libertar Lula e construir um Brasil democrático, popular e socialista.



20 de novembro

Por um dia nacional da consciência negra e da convulsão negro-popular por Lula Livre

■ Fausto Antonio

O 20 de novembro de 2019, por ser um arquivo, memória e arma da negrada em ação, é artefato para a unidade da luta contra o racismo, a violência policial, o genocídio de jovens negros e a convulsão negro-popular Lula Livre.

O 20 apresenta, pelas condições históricas do Golpe de Estado de 2016, condições objetivas, na unidade na luta, para um forte movimento antirracismo. O movimento pendular e exusístico tem na encruzilhada o Dia Nacional da Consciência Negra e a Convulsão negro-popular Lula Livre.

Considerando o momento e a força e o significado do Dia Nacional da Consciência Negra, o coletivo de negros e negras do PT Campinas organizará, com o conjunto do PT, PCO, PSOL, PCdoB, CUT, Sindicatos, Frente Brasil Popular, Movimentos Negros e de Mulheres Negras, MST e outros movimentos sociais, um ato articulando a luta contra o racismo e Lula Livre.

O 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, pela sua história, força e capilaridade na

sociedade brasileira, tem presença nas grandes cidades; todas com contingentes negros numérica, espacialmente e culturalmente significativos. Há ainda uma forte rede de organizações negras, entidades culturais, ligas, bandas, clubes, irmandades, quilombos e tantas outras formas de organizações políticas e culturais, que alcançam cidades grandes, medias e pequenas.

Existe no 20 de novembro um movimento articulado, pós 1978, nos lugares e casado ou encadeado com o território nacional, que se dá com o entrelaçamento dos lugares. O entrelaçamento ou encruzilhamento dos lugares e do nacional, na unidade contra o racismo e Lula Livre, expõe claramente a ordem e produção racista do golpe de Estado realizado pelas elites brancas brasileiras em 2016, a prisão política do ex-presidente Lula e a eleição fraudulenta de um governo racista e de extrema direita.

O contínuo de violência contra a população negra, núcleo do sistema racista à brasileira, tem como marcos as mortes de Marielle Franco e de milhares de negros e negras em todo território nacional.



“ A unidade na luta contra o racismo e Lula Livre traz, além dessas duas bandeiras, os motores centrais para uma convulsão antirracismo e Lula Livre, isto é, o Golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma foi produzido, dirigido e executado por instituições historicamente racializadas e dominadas pelos interesses políticos brancos e de direita. ”

A unidade na luta contra o racismo e Lula Livre traz, além dessas duas bandeiras, os motores centrais para uma convulsão antirracismo e Lula Livre, isto é, o Golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma foi produzido, dirigido e executado por instituições historicamente racializadas e dominadas pelos interesses políti-

cos brancos e de direita.

A operação Lava Jato, reconhecida pelo Juiz Gilmar Mendes (STF) como organização criminosa e partidária, é apenas a ponta ou a lado escancarado, claro, do funcionamento, como sistema anti-pobre e anti-negro, da justiça brasileira. A operação Lava Jato não chegaria ao ponto a que chegou sem a cumplicidade e coparticipação ardilosa do sistema judiciário, notadamente do STF; casta de brancos. Não chegaria também sem o anti-petismo cotidiano, tenaz e persistente das empresas brancas de comunicação.

As empresas brancas de comunicação naturalizam a violência racial e notadamente a violência policial contra jovens negros. A política anti-Lula e a política anti-negro têm nas suas raízes elementos que possibilitam uma unidade conjuntural, tática, no ato de 20 de novembro, e fundamentalmente estrutural, estratégica, para a superação do racismo e do capitalismo.



Fausto Antonio é professor da Unilab, escritor da Série Cadernos Negros e autor de No Reino da Carapinha e Memória dos meus carvoeiros



Foto: Ricardo Stuckert/Instituto Lula



X Congresso do CPERS demonstra disposição para a luta da categoria

■ **Elbe Marques Belardinelli**

O contexto de realização do X Congresso do CPERS - sindicato dos professores e funcionários das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul - foi um dos mais críticos que vive a categoria. São mais de quatro anos sem reajuste salarial, desmonte sistemático das escolas, precarização dos servidores e processo avançado de destruição da escola pública e de mercantilização do ensino. Um bom exemplo é o número de contratados que atingem quase 30% do quadro geral de servidores. Isso demonstra o quadro de precarização do magistério gaúcho. Desta forma, Leite (PSDB) o atual governador segue, sistematicamente, a cartilha de Sartori (MDB) o anterior que impõe uma agenda totalmente neoliberal.

Apesar das adversidades, o congresso que ocorreu em setembro, em Bento Gonçalves, também, surgiu como espaço de esperança. A cada três anos, o CPERS que conta com quase 100 mil sócios, se reuniu para debater, fazer balanço e construir as estratégias necessárias para enfrentar esses governos que são inimigos da educação e dos trabalhadores. E, foi isso que fizemos, quando o CPERS, com seus mais de 74 anos de história de resistência construiu um congresso com 1.800 delegados, eleitos na base pela categoria em todo o estado, aprovaram resoluções estratégicas para orientar a atuação do sindicato.

Com uma importante intervenção da Articulação de Esquerda Sindical que aumentou significativamente sua bancada de delegados, tornando-se uma da



X CONGRESSO DO CPERS
PAULO FREIRE
 EDUCAR E LUTAR E RESISTIR
6, 7 E 8 DE SETEMBRO
EM BENTO GONÇALVES

principais forças do congresso, foi decisiva nas principais resoluções e polêmicas.

A primeira polêmica foi a questão do Lula Livre. Se a campanha Lula Livre teria que ser abraçada pelo sindicato. A Articulação de Esquerda encabeçou e defendeu a proposta do CPERS, pois defender, institucionalmente, Lula Livre entendendo que Lula é

um preso político e faz parte da resistência. Infelizmente, a Artsind e outras correntes não tiveram esse entendimento e votaram contra e a resolução que não passou no plenário.

Por outro lado, veio uma vitória importante: uma resolução proposta pela Articulação de Esquerda para o CPERS se refiliam a CUT, tendo em conta que o sindicato se desfilou da central há 4 anos.

Portanto, depois de várias polêmicas e debates acirrados, a resolução foi aprovada pela maioria dos congressistas, abrindo-se um processo de discussão na base para uma futura filiação a central

sindical. Aqui, tivemos uma dupla vitória, o ponto alto do congresso, pois se politizou o congresso e se avançou na unidade dos trabalhadores, mostrando um alto nível de conscientização de classe.

Outras resoluções importantes foram em relação aos contratados e aos próximos passos a serem dados, como a construção de uma forte greve contra o Governo Leite, por reposição salarial, contra qualquer tipo de retirada de direitos e concurso já! Em tempos sombrios o congresso do CPERS nos acendeu a esperança de que é possível a vitória se a resistência vier com luta e muita organização. ★

Elbe Marques Belardinelli é professor da Rede Pública Estadual, Um por Mil e Secretário do 18º Núcleo do CPERS/Sindicato.

Roteiro para balanço do PED 2019



No dia 15 de setembro de 2019, a direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda realizou um primeiro balanço do PED 2019, tanto dos resultados gerais, quando do desempenho da chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha”.

No dia 20 de setembro, a secretaria nacional de organização divulgou o resultado “final” do PED 2019, ainda sem levar em conta eventuais recursos, que devem ser julgados até o dia 5 de outubro. Com base nos números divulgados dia 20 de setembro, a direção nacional da AE atualizou seu balanço e divulgou o texto a seguir.

No dia 8 de setembro de 2019, centenas de milhares de pessoas filiadas ao Partido dos Trabalhadores votaram em direções zonais e/ou municipais e respectivas presidências, bem como votaram nas delegações aos respectivos congressos estaduais e ao congresso nacional do PT.

A secretaria nacional de organização do PT divulgou, na tarde do dia 11 de setembro de 2019, um boletim intitulado “Eleições Internas 2019/Totalização de Votos das Chapas de Delegados Nacionais/Resultado Parcial”. Parcial, porque não incluía votos que foram informados, às comissões eleitorais estaduais de São Paulo e do Maranhão, fora do prazo regulamentar; nem incluía os votos em separado, colhidos tanto na Bahia quanto no Rio de Janeiro.

O regulamento do Congresso cita explicitamente a Comissão Executiva Nacional como a instância encarregada de apreciar recursos. E não cita, para absolutamente nada, a chamada Câmara de Recursos. Apesar disso, foi esta Câmara de Recursos quem deliberou sobre o que fazer com os mais de 30 mil votos já citados, provenientes dos estados do Maranhão, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

A reunião da Câmara de Recursos ocorreu no dia 18 de setembro. Mas só no dia 20 de setembro a secretaria nacional de organização divulgou a “totalização final”. A demora de dois dias foi atribuída, por mais bizarro que isso soe, a “algumas cidades” cujos números “ainda não haviam sido informados”.

Mas atenção: a totalização divulgada pela secretaria nacional de organização no dia 20 de setembro também não é verdadeiramente final. Isto porque há dezenas de recursos, que se aprovados podem alterar os resultados do conjunto do PED e de cada chapa em particular.

Ainda não foi divulgado um balanço do número total de recursos, nem do número de votos afetados. O prazo limite para votação dos recursos é o dia 5 de outubro. Há uma polêmica sobre quem votará os recursos: se a executiva nacional, como manda o regulamento; ou se a Câmara de Recursos. Por trás desta polêmica que pode soar bizantina, há uma dis-

cussão política: estamos diante de casos isolados de irregularidades, que podem e devem ser julgadas administrativamente? Ou estamos diante, também, de fraudes gravíssimas, que precisam de apreciação política?

Seja como for, talvez até o dia 5/10/2019, qualquer análise do PED 2019 deve ser feita com os dados fornecidos pelo boletim divulgado na tarde de 20 de setembro.

O referido boletim (que está disponível para acesso na página www.pagina13.org.br) informa o total de votos e o número obtido por cada uma das nove chapas nacionais que disputaram o PED, distribuídos por estados. A análise a seguir baseia-se, exceto quando expressamente indicado, nos números deste boletim.

Comparecimento

A primeira análise que deve ser feita diz respeito ao número de petistas que compareceram às urnas. O boletim informa que foram 351.034 (incluindo votos válidos, brancos e nulos).

Este número pode ser comparado com dois outros: com o número total de filiados aptos a votar e com a série histórica de comparecimento, nas eleições (PED) anteriores.

O boletim divulgado no dia 11 de setembro informava que o número de filiados aptos a votar era de 2.040.882. Portanto, teriam comparecido 17,2%.

O boletim divulgado dia 11 de setembro informava, também, o número de filiados aptos a votar nos municípios onde a votação efetivamente ocorreu: 1.786.900. O boletim divulgado no dia 20 de setembro não informa o número

de aptos a votar onde a votação efetivamente ocorreu. Trabalhando com o número divulgado em 11 de setembro (provavelmente menor do que o real), o comparecimento teria sido de 19,6%.

Agora vejamos a série histórica. Infelizmente, a secretaria nacional de organização do PT não disponibiliza uma tabela oficial, consolidando os dados de todos os PED realizados pelo PT, nos anos de 2001, 2005, 2007, 2009, 2013, 2017 e 2019. Na falta de uma consolidação oficial, compilamos os dados e chegamos ao seguinte:

Ano	Filiadas/os	Compareceram	%
2001	867mil	221mil	26%
2005	825mil	315mil	38%
2007	849mil	330mil	38%
2009	1.322mil	516mil	39%
2013	1.619mil	421mil	26%
2017	1.691mil	308mil	18%

Os dados acima foram obtidos em tabelas fornecidas pela própria Secretaria nacional de organização. Suspeito que há incongruências, mas só a Sorg dispõe dos dados que permitiriam tirar a dúvida. Assim, trabalharemos com o que temos.

Se exatos os dados, o comparecimento de 2019 foi um dos menores da série histórica: algo entre 17,2% (considerando o total de filiados) e 19,6% (considerando o total de filiados aptos nos municípios que realizaram o PED). Claro que, a depender dos recursos, pode haver uma oscilação para baixo ou para cima.

Entretanto, em números absolutos e relativos, há uma semelhança entre os números nacionais do PED de 2019 e o PED de 2017: 308 mil e 351 mil votantes, 18% e 19%.



Mas quando olhamos a participação dos estados, verificamos que em alguns houve uma oscilação expressiva na votação de 2019 em relação a 2017. Vejamos abaixo, por enquanto sem citar os números, o comportamento da votação em cada estado, em 2019 comparando com 2017:

UF	Número de votantes 2017/2019s
Acre	caiu
Alagoas	subiu
Amapá	caiu
Amazonas	subiu
Bahia	Obs1
Ceará	subiu
Distrito Federal	subiu
Espírito Santo	caiu
Goiás	caiu
Maranhão	subiu
Minas Gerais	caiu
Mato Grosso do Sul	caiu
Mato Grosso	subiu
Pará	subiu
Paraíba	caiu
Pernambuco	subiu
Piauí	subiu
Paraná	caiu
Rio de Janeiro	caiu
Rio Grande do Norte	subiu
Rondônia	caiu
Roraima	caiu
Rio Grande do Sul	subiu
Santa Catarina	subiu
Sergipe	subiu
São Paulo	caiu
Tocantins	subiu

Obs 1: Bahia é um mistério, por razões que explicaremos adiante.

Em doze estados a votação caiu. Em catorze a votação cresceu. São do nordeste 7 dos 14 estados em que a votação subiu. A exceção é a Paraíba, onde por acaso havia chapa única na disputa da direção estadual do Partido.

No caso da Bahia, não há como fazer a comparação, pois devido às fraudes cometidas no PED de 2017, foi feito um acordo para compor direção e delegações, mas não existe um número oficial de comparecimento com o qual se possa fazer a comparação.

Mas atenção: como já se explicou, os números nacionais de 2017 e 2019 são similares. Tanto em valores relativos, quanto em absolutos. Assim, poder-se-ia imaginar que a oscilação ocorrida nos estados foi pequena, seja para cima, seja para baixo. Mas isto não é verdade. Há alguns estados onde o crescimento no número de votantes foi imenso. Vejamos os números absolutos:

UF	Número de votantes		
	2017	2019	Varição
Alagoas	2.039	3.952	+93%
Amazonas	8.070	9.767	+21%
Ceará	22.780	33.949	+49%
Distrito Federal	4.603	5.653	+22%
Maranhão	9.254	17.412	+53%
Mato Grosso	3.608	4.428	+22%
Pará	10.255	18.527	+80%
Pernambuco	9.981	21.203	+112%
Piauí	10.543	16.143	+53%
Rio Grande do Norte	2.774	3.148	+13%
Rio Grande do Sul	18.859	22.158	+17%
Santa Catarina	8.316	8.591	+3%
Sergipe	4.740	6.359	+34%
Tocantins	3.137	3.934	+25%

Os dados são claros: o PED de 2019 manteve um número absoluto de votantes parecido com o de 2017, apesar da queda expressiva do comparecimento em alguns estados, porque em 14 estados cresceu expressivamente o comparecimento. Metade dos estados em que houve crescimento está no nordeste e, nestes estados, o crescimento oscilou entre 35% e

100%! O Pará também exibiu um imenso crescimento: 80%!

Detalhe importante: exatamente nos oito estados onde o crescimento da participação foi mais expressivo, o PT participa dos governos estaduais, seja como partido do governador, seja como aliado.

Para alguns isto é boa notícia: onde somos mais fortes eleitoralmente, o PT é mais forte. Para outros, a “boa nova” vem acompanhada de um preocupante “senão”: a influência (não apenas política) destes governos nos respectivos processos eleitorais do Partido, revelando uma crescente “estatização” e “estadualização” do Partido. O que, na ausência de um “projeto nacional” claro e forte, pode levar a uma crescente influência dos interesses de governantes estaduais na definição da nossa política nacional.

Isso nos remete para uma discussão complexa, mas necessária: a qualidade da participação.

Para um partido como o PT, ter 2 milhões de filiados é ótimo. Mas temos um grave problema se 80% destes 2 milhões de filiados não estão dispostos a participar, mesmo que minimamente, da vida partidária.

E temos outro grave problema, se dos 350 mil dispostos a participar, uma parte votou sem compreender o que estava fazendo, sem ter conhecimento das diferentes alternativas; ou, em alguns casos, “votou” sem existir, como é o caso dos eleitores criados por fábricas de atas e por apu-

rações fraudulentas.

Não temos como estimar quantos votantes estavam minimamente informados acerca das alternativas. O que sabemos é que o número de pessoas que participou dos debates presenciais (nos três níveis) foi bem menor do que o número de eleitores. E que o número de pessoas que acessou os debates entre as chapas nacionais também foi menor do que o número de votantes. Além disso, ao menos nacionalmente o Partido não fez chegar, a todos os filiados e filiadas, nenhum material informando quais eram as chapas que estavam disputando as eleições.

A verdade é que o Partido organiza uma eleição de grande porte, porém com métodos e com meios extremamente precários. Basta dizer que já registramos vários casos de erros materiais na transcrição dos votos para as planilhas e boletins oficiais. Esse e outro tipo de problema provavelmente desapareceria, se fosse cumprido o que deliberou o 6º Congresso do Partido: a utilização de urnas eletrônicas.

Mas, para piorar, alguns setores do Partido adotam meios que corrompem a qualidade do processo: abuso de poder econômico, interferência de outros partidos, transporte de filiados, fabricação de atas, ingerências ilegais, alteração das regras no meio do processo, monopolização dos dados oficiais do processo por parte de uma única tendência etc.

Infelizmente, a reiteração dos problemas acima citados revela que eles já se tornaram parte integrante do modus operandi de um setor do Partido. Portanto, se faz necessário denunciar e combater publicamente estas práticas.

Quando escrevemos este texto, ainda não foram consolidados todos os recursos sobre o processo. Mas os dados preliminares reafirmam a tese que temos defendido, desde 2001: o PED não é um bom método para eleger direções e definir política.

Evidentemente o PED não é a causa da degeneração de alguns setores do Partido, mas o PED facilita e estimula a degeneração, à medida que impõe uma dinâmica que traz junto todos os problemas dos processos eleitorais tradicionais, agravados por práticas que mesmo no terreno eleitoral conseguimos coibir e evitar com certo êxito.

Os vencedores do PED 2019 não concordam com isso. Eles acham que o PED é o sistema mais democrático possível e que, como qualquer sistema, tem problemas que podem ser corrigidos. Não percebem que, mesmo que corrigidos todos os problemas do PED, ele continuará com um “defeito sistêmico”: sua lógica interna não é a do debate e deliberação entre militantes, mas sim a de arregimentação, mobilização e voto de filiados-eleitores.

Chapas nacionais: a CNB

O boletim divulgado pela Sorg no dia 20 de setembro informa que a chapa Lula Livre para Mudar o Brasil obteve 167.853 votos ou 51,1%. Esta chapa foi apresentada pela tendência petista Construindo um Novo Brasil (CNB).

Esta apertada maioria absoluta foi possível graças ao resultado obtido em alguns estados. Vejamos aqui o número total de votos de cada estado e o respectivo número de votos obtido pela chapa Lula Livre para Mudar o Brasil.

Indicamos aqueles casos em que o número de votos foi maior que 50% do total de votos válidos no respectivo estado.

UF	Número de votantes	Votoschapa Lula Livre para Mudar o Brasil.	%
Acre	1.613	1.428	88%
Alagoas	3.952	2.807	71%
Amapá	3.239	907	
Amazonas	9.767	2.137	
Bahia	31.568	7.034	
Ceará	33.949	22.682	66,80%
Distrito Federal	5.653	1.260	
Espírito Santo	5.104	2.480	
Goiás	7.042	4.186	59,40%
Maranhão	17.412	6.553	
Minas Gerais	34.961	20.313	58%
Mato Grosso do Sul	5.753	2.892	50,26%
Mato Grosso	4.428	2.957	66,70%
Pará	18.527	13.985	75,48%
Paraíba	4.224	1.722	
Pernambuco	21.203	11.222	52,9%
Piauí	16.143	7.936	
Paraná	7.626	5.304	69,50%
Rio de Janeiro	22.865	11.757	51,40%
Rio Grande do Norte	3.148	1.024	
Rondônia	1.694	751	
Roraima	233	209	89,6%
Rio Grande do Sul	22.101	1.652	
Santa Catarina	8.591	3.956	
Sergipe	6.359	1.988	
São Paulo	44.098	27.660	62,70%
Tocantins	3.934	1.048	

Portanto, em 13 estados a chapa da CNB obteve mais do que 50% dos votos. Em alguns destes estados, o número absoluto de votantes é muito baixo (Roraima, Acre) e/ou é muito reduzido a participação do eleitorado deste estado, no conjunto do eleitorado nacional. Em outros estados, o percentual obtido pela CNB é próximo ao percentual nacional.

Mas há alguns pontos fora da curva, ou seja, estados que contribuem com parcela expressiva da votação nacional e onde a CNB

obteve uma vantagem expressiva: Ceará (10,3% do total de votos e 66,8% dos votos da CNB), Minas Gerais (10% dos votos e 58% dos votos da CNB), Pará (5,27% dos votos e 75% dos votos na CNB), São Paulo (12,5% dos votos e 62,7% dos votos na CNB).

Sem o desempenho obtido nestes quatro estados, a CNB não alcançaria maioria absoluta. Por este motivo, vale analisar como foi o desempenho estadual da CNB em eleições passadas, especialmente nestes estados. Por enquanto, entretanto, queremos destacar a série histórica.

Novamente vamos nos basear em dados compilados a partir de informações não consolidadas pela Sorg, portanto dados que apresentam incongruências

(incluindo aí o fato de que em 2017 não se votou diretamente nas chapas nacionais). Lembremos, ademais, que a atual configuração da CNB não é a mesma da Articulação Unidade na Luta ou do Campo Majoritário. Lembremos, finalmente, que em alguns PED a CNB apresentou chapas nacionais em aliança com outros setores. Com as ressalvas

indicadas, vejamos o desempenho “da” CNB em cada PED:

Ano	Votação da "CNB" nos PEDs	
	Votos	Percentual
2001	105 mil	51,70%
2005	116 mil	41,90%
2007	126 mil	42,60%
2009	252 mil	55,10%
2013	200 mil	53,60%
2017	141 mil	46%
2019	167 mil	51,10%

A partir destes números, podemos desenhar duas curvas.

A curva de números absolutos cresce suavemente entre 2001 e 2007 (ganho de 20 mil eleitores), depois cresce muito entre 2007 e 2009 (ganho de 125 mil eleitores), depois decresce entre 2009 e 2017 (perde 110 mil eleitores), depois cresce modestamente entre 2017 e 2019 (ganha 26 mil eleitores).

Ao que tudo indica, esta curva de números absolutos acompanha, com algumas discrepâncias, o comparecimento geral dos petistas.

Já a curva de números relativos é diferente: cai muito entre 2001 e 2005, se mantém estável entre 2005 e 2007, cresce muito entre 2007 e 2009, se mantém estável entre 2009 e 2013, cai bastante entre 2013 e 2017, cresce entre 2017 e 2019.

Esta curva de números relativos, ao que tudo indica, é no essencial comandada pela política. A CNB é sempre maioria, mas esta maioria é absoluta ou relativa a depender de razões políticas.

Foi por razões essencialmente políticas que a CNB obteve a maioria absoluta em 2001: marchávamos para conquistar a presidência da República, orientados por uma linha política respaldada



pela maioria do Partido.

Foi por razões essencialmente políticas que a CNB perdeu a maioria absoluta em 2005 e não a reconquistou em 2007: a chamada “crise do mensalão” desorganizou o grupo dirigente e, ao mesmo tempo, provocou uma reação muito crítica na base partidária.

Foi por razões essencialmente políticas que a CNB recuperou a maioria absoluta em 2009: a mudança na política do governo, os impactos positivos sobre o país, a atitude frente a crise de 2008 e, inclusive, a ilusão de que os desgastes causados pelo chamado “mensalão” haviam sido superados.

Foi por razões essencialmente políticas que a CNB perdeu a maioria absoluta em 2017: o impeachment, a radicalização da base partidária e o repúdio aos que queriam “virar a página do golpe”.

Se isto é verdade, se é verdade que a curva de votos relativos da CNB é comandada pela política, como explicar a maioria absoluta conquistada (ao menos segundo a “última parcial”) em 2019???

A questão é: em 2019, a maioria absoluta do eleitorado petista votou na chapa apresentada pela CNB porque considerou que ali está uma política adequada (como aconteceu em 2001 e em 2013)? Ou será que em 2019 a maioria absoluta foi obtida graças a outros fatores? Ou estamos diante de uma combinação de variáveis?

Pensamos que podemos nos aproximar da resposta para esta questão, fazendo uma análise do desempenho obtido pela CNB nos estados. Como demonstramos, a maioria absoluta não foi obtida

em todo o país, mas em 13 estados. A saber:

UF	Número de votantes	Votoschapa Lula Livre para Mudar o Brasil.	%
Acre	1.613	1.428	88%
Alagoas	3.952	2.807	71%
Ceará	33.949	22.682	66,80%
Goiás	7.042	4.186	59,40%
Minas Gerais	34.961	20.313	58%
Mato Grosso do Sul	5.753	2.892	50,26%
Mato Grosso	4.428	2.957	66,70%
Pará	18.527	13.985	75,48%
Pernambuco	21.203	11.222	52,90%
Paraná	7.626	5.304	69,50%
Rio de Janeiro	22.865	11.757	51,40%
Roraima	233	209	89,60%
São Paulo	44.098	27.660	62,70%

Em todos eles, a CNB é maioria nas respectivas direções estaduais.

Em quatro deles (Alagoas, Ceará, Pernambuco, Pará) pode-se argumentar que o PT foi “vitorioso” nas eleições de 2018, mesmo que esta “vitória” tenha sido apoiar no primeiro ou no segundo turno candidaturas de outros partidos. Nos demais casos, fomos derrotados, as vezes de maneira aplastradora.

E aí vale perguntar: em estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Acre, Paraná, quais seriam os motivos essencialmente políticos capazes de explicar que a CNB tenha conseguido maioria absoluta dos votos?

Dizendo de outra forma: caso a CNB tivesse obtido maioria relativa, a explicação poderia ser apenas política. Mas uma maioria absoluta, garantida pelo desempenho da chapa nacional da CNB nesses estados, não pode ser explicada apenas ou essencialmente pela política.

E quando se olha o cenário nacional, parece óbvio que o cenário de 2019 não pode ser comparado a 2001, 2009 e 2013. Diferente desses três anos, em 2019 a política nacional da CNB está muito longe de ser clara e atrativa.

Entretanto, pode-se argumentar que: a) a prisão de Lula e a vitória de Bolsonaro empurraram o Partido para uma posição mais cautelosa; b) que a postura da atual presidenta do PT, pelo menos a postura que adotava antes de virar candidata oficial da CNB, parecia o máximo do radicalismo possível e garantiu muitos votos para a CNB, embora a cúpula desta tendência e a presidenta se choquem com frequência; c) que o apoio de Lula conta muito; d) que os setores da CNB defensores de “virar a página do golpe” foram muito cautelosos, até terminar a eleição (mas assim que terminou a eleição partidária, apareceu a entrevista do governador Rui Costa nas páginas da revista Veja).

Mas razões semelhantes a estas também estavam presentes em 2005, em 2007 e em 2017, anos em que a CNB obteve maioria relativa. Portanto, para explicar a maioria absoluta obtida em 2019, consideramos necessário levar em conta outros fatores, por exemplo: a) a incapacidade que os setores contrários a CNB tiveram, de forjar uma alternativa política e eleitoral; b) o peso da inércia no “eleitorado” petista; c) a influência das máquinas parlamentares e governamentais; d) as fraudes.

Destes outros fatores, nos parecem essenciais a influência das máquinas (que jogaram um papel decisivo exatamente nos estados onde a CNB obteve um resultado fora da curva) e das fraudes (que incluem desde transporte ilegal, intimidação a fiscais, engravidamento de urnas, falsificação de atas, alteração das regras no meio do processo etc.).

Quais serão os efeitos da maioria absoluta obtida pela CNB? Em nossa opinião, serão desastrosos.

Na prática, a CNB poderá decidir sozinha quais serão os rumos do Partido. E como a CNB está dividida, mas aderiu a uma versão franciscana do centralismo democrático, isto quer dizer que quem for maioria na CNB poderá decidir os rumos do Partido. Ou seja, ao menos em tese, metade da CNB e 26,5% do PT poderá impor sua vontade sobre toda a CNB e em seguida impor sua vontade sobre 100% do PT.

O “centralismo democrático” em uma tendência com 51,1% da direção, permite ao menos em tese que uma minoria mande na maioria.

Isto já seria ruim em qualquer situação. Mas na situação atual pode ser desastroso. Pois hoje estamos enfrentando uma “operação em pinça” contra o PT: de um lado a extrema-direita, que nos quer aniquilar; de outro lado, a centro-direita-com-aliados-na-esquerda, que nos quer anular. Frente a esta operação em pinça, qual será a política da maioria? Melhor dizendo, qual será a política da “maioria da maioria”?

Tudo indica que será uma repetição canhestra da política de alianças adotada entre 1995 e 2016. Acontece que, naquele mo-

mento, o PT liderava aquela política de alianças. Querer que o mesmo ocorra agora, é querer o impossível. Construir uma política alternativa, nesta situação, será difícil em quaisquer condições. Construir uma política alternativa, com o Partido dirigido por uma maioria absoluta conquistada nas bases que foram conquistadas, é praticamente impossível. Especialmente levando em consideração o peso assumido pelos governadores, que possuem agenda própria, como se vê na reforma da previdência e, também, nas recentes declarações do governador da Bahia.

“**Noutras palavras, a maioria absoluta da CNB não garante que o Partido tenha “estabilidade” para enfrentar o que já está acontecendo no Brasil, muito menos o que virá pela frente. Pelo contrário, esta maioria absoluta, obtida como foi, com os métodos que adota e com as divergências políticas que possui, é um indicativo de que provavelmente novas crises e novas derrotas virão.**”

Noutras palavras, a maioria absoluta da CNB não garante que o Partido tenha “estabilidade” para enfrentar o que já está acontecendo no Brasil, muito menos o

que virá pela frente. Pelo contrário, esta maioria absoluta, obtida como foi, com os métodos que adota e com as divergências políticas que possui, é um indicativo de que provavelmente novas crises e novas derrotas virão. Haverá uma alternativa? Sempre há! E podem contribuir para a constituição de uma maioria: a evolução da situação internacional, a disputa entre as fações do condomínio golpista, as lutas dos setores populares e a própria luta interna ao PT. Vejamos a seguir um dos componentes desta luta interna: as chapas que foram minoritárias no PED 2019.

O desempenho nacional das chapas minoritárias

O ranking no PED 2019, conforme o boletim da Sorg de 11 de setembro, é o seguinte:

Chapa	Percentual
280 - (Para mudar o Brasil)	51,10%
290 - (Fora Bolsonaro)	13,70%
200 - (Resistência Socialista)	11,10%
250 - (Para todos)	8,80%
270 - (Optei)	5,10%
220 - (Esperança Vermelha)	4,90%
210 - (DAP)	2,10%
260 - (Nas ruas e redes)	2,00%
230 - (Repensar)	1,20%

Boletim da Sorg de 11 de setembro

Portanto, além da chapa Lula Livre para mudar o Brasil, da CNB, outras 8 chapas disputaram o PED: somadas, elas obtêm 48,9% dos votos. Mas estas chapas minoritárias não se coligaram no PED, e provavelmente não se coligarão no Congresso. Embora todas tivessem motivos para não fazer parte da chapa da CNB, isto não foi motivo suficiente para que fizessem uma única chapa.

Vale lembrar que das 8 citadas, duas faziam parte da CNB

em 2017. Outras três fizeram parte da chapa construída pela CNB no sexto congresso. E a chapa 270 apoiou a candidatura presidencial da CNB em 2017.

Vale dizer, também, que cada uma das 8 chapas obteve, isoladamente, votações muito inferiores a obtida pela CNB. Aliás, uma das constantes em todos os PED realizados desde 2001 até 2019 é que a segunda chapa (seja qual fosse) nunca chegou perto de ter a metade dos votos da chapa da CNB. Por exemplo: mesmo quando a CNB teve seu pior desempenho, em 2005 (42% dos votos), a segunda chapa obteve 12,2%. Ou seja, nos PED realizados desde 2001, nenhuma das chapas minoritárias recebeu, isoladamente, uma votação que fosse “eleitoralmente competitiva”.

Por quais motivos as chapas minoritárias nunca se uniram, o que poderia colocar a CNB frente a uma oposição eleitoralmente competitiva? O motivo principal é político, ou seja, não existia unidade sobre que tipo de alternativa cada chapa propõe frente a CNB: de método ou de linha, estratégica ou tática.

Outros elementos a considerar, ao analisar o desempenho das chapas minoritárias, é sua composição e histórico.

No PED 2019, apresentaram-se duas chapas “novatas” (“Repensar o PT” e “Nas lutas, ruas e redes”) e 6 chapas “veteranas” (ou seja, que já disputaram outros PED, com esta ou com conformações parecidas).

Das chapas veteranas, duas se organizam em torno de uma única tendência (Articulação de Esquerda, no caso da chapa “Em tempos de guerra, a esperança é verme-

lha”; O Trabalho, no caso da chapa “Diálogo e Ação Petista”). Outras 4 chapas foram organizadas a partir de coalizões de tendências (Movimento PT e Tribo; DS, Avante e MS; Novo Rumos e EPS) ou de parlamentares (Resistência).

A maioria destas chapas e de seus integrantes fez alianças cruzadas nos estados e municípios, inclusive com a CNB. Em alguns casos, há sinais de que estas alianças locais incluíram a transferência de votos para chapas nacionais. Em Pernambuco, no Pará e no Ceará - por exemplo - a chapa 270 se beneficiou de alianças com setores da CNB ou próximos. Isto também ocorreu com a chapa 200, por exemplo no Maranhão e em Minas Gerais. Já a chapa 270 foi beneficiada por alianças, na Bahia, com Rui Costa e Jaques Wagner. E a chapa 210 foi aliada da CNB em SP e no Paraná

Este tipo de aliança e transferência de votos torna difícil determinar, com certeza, qual a força isolada de cada uma das chapas e de cada um de seus componentes.

Em termos de tamanho da delegação, o desempenho comparativo especificamente das 4 chapas que integram o “movimento rumo ao sétimo congresso” foi o seguinte:

Chapa	Delegadas/os
290	109
200	89
270	41
220	39

Na chapa 290 estão 3 tendências nacionais: DS, MS e Avante. Na chapa 270 estão duas tendências nacionais: Novos Rumos e EPS. Na chapa 220, como já foi dito, temos uma única tendência nacional, a Articulação de Esquer-



da. E na chapa 200 temos uma coalizão de parlamentares e grupos regionais.

Só poderemos ter certeza disso quando conhecermos as indicações de cada chapa ao DN. Mas, quando se decompõe as chapas e se toma isoladamente cada tendência, é possível deduzir que duas (DS e AE) possuem em torno de 5% dos votos; e que as demais (Militância Socialista, Avante, Novos Rumos, EPS) possuem menos que isso.

No caso da Resistência, a comparação deve ser feita de outra forma, já que se trata basicamente de uma coalizão de parlamentares e grupos regionais

Quanto a análise da série histórica: como já dissemos, o PED de 2017 foi feito com base em regras diferentes do PED 2019. Em 2017 os filiados não votaram em chapas nacionais. Este fato altera pouco a análise do desempenho da chapa da CNB, devido ao seu volume total de votos; mas pode afetar muito a análise do desempenho relativo de cada uma das chapas minoritárias. Assim, para uma análise da evolução histórica, o ideal seria comparar os resultados do PED de 2013, de 2017 e de 2019. Uma dificuldade para fazer isto é que, em 2013 e 2017, a composição de algumas chapas minoritárias era muito distinta da atual.

Independente da análise do desempenho eleitoral de cada uma e do conjunto das chapas minoritárias, é óbvio que não foi atingido, no dia 8 de setembro, o objetivo de eleger uma maioria comprometida com uma “nova maioria”, uma “nova estratégia” e um “novo padrão de funcionamento”.

Estes foram os três objetivos fundamentais propostas pela chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha”. Portanto, ao menos nesta etapa do processo, não tivemos êxito no objetivo ao qual nos propusemos, não apenas nós mas outras tendências partidárias.

O desempenho nacional da AE

Do ponto de vista numérico, o desempenho da chapa impulsionada pela Articulação de Esquerda não constitui nenhuma surpresa. Vejamos seu desempenho desde 2001 (com as ressalvas de praxe sobre este tipo de comparação):

Ano	Votação da "AE" nos PEDs	
	Votos	Percentual
2001	32.247	15,70%
2005	32.767	11,80%
2007	35.064	11,87%
2009	48.115	10,50%
2013	19.669	5,25%
2017	aproximadamente 5,8% dos votos (estimativa a partir da delegação eleita nos congressos estaduais)	
2019	15.168	4,90%

“**Vale destacar, contudo, que o resultado nacional da chapa ETGAEV foi obtido com o apoio de zero governador, zero senador, três deputados federais, três deputados estaduais, e de um reduzido número de prefeitos e vereadores. E, mais relevante ainda, foi obtido priorizando a defesa de nossas posições em defesa do socialismo, do programa, da estratégia, da tática e do partido.**”

No caso das chapas impulsionadas pela Articulação de Esquerda, portanto, há em números absolutos um crescimento suave entre 2001 e 2007, um grande crescimento em 2009, uma imensa queda em 2013 e nova queda em 2019.

Já em números relativos, há uma queda entre 2001 e 2009 (até mesmo em 2005, quando nosso candidato a presidente quase foi ao segundo turno da disputa presidencial), estabilizando-se em torno de 5% há três PED.

A chapa nacional ETGAEV

obteve resultados acima do percentual nacional de 5% nos estados do Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Espírito Santo, Paraíba, Tocantins e Sergipe. Por outro lado, tivemos zero voto em Roraima e no Exterior (mais exatamente no núcleo do PT Lisboa, o único que realizou eleição). E o resultado alcançado em vários estados revela debilidades organizativas e políticas muito graves.

Vale destacar, contudo, que o resultado nacional da chapa ETGAEV foi obtido com o apoio de zero governador, zero senador, três deputados federais, três deputados estaduais, e de um reduzido número de prefeitos e vereadores. E, mais relevante ainda, foi obtido priorizando a defesa de nossas posições em defesa do socialismo, do programa, da estratégia, da tática e do partido.

Trata-se agora de fazer da nossa capacidade de resistência, um ponto de partida para travar com êxito a luta pelos rumos do PT, dos setores democráticos populares e da classe trabalhadora brasileira. Como já disse alguém: lutar, lutar e lutar! ★



Agenda 2020

Adquira a sua em
editorapagina13.org.br

Página 13

Fala Ana

Nesta entrevista a Júlio Quadros, nossa candidata à presidência do PT Rio Grande do Sul fala de Bolsonaro, de Leite, do Partido e do papel da militância.

Página 13. Qual a avaliação que você faz da presença dos filiados e militantes do PT na primeira etapa do 7º Congresso partidário?

Ana Afonso. A mobilização foi além do esperado. O PT do Rio Grande do Sul teve um crescimento no número total de votantes, o que significa que, em alguma medida, aumentou a mobilização da base do PT. Por onde andei, encontrei uma militância disposta a ir para a luta, com firmeza e disposição, mostrando um perfil desacomodado. O PT está vivo, grande e forte, apesar dos ataques que estamos sofrendo constantemente no último período. A militância quer participar, estar ativa na mobilização, fazer a luta nas ruas. Contudo, anseia por uma agenda que a oriente, por um partido que não seja apenas de eleições e gabinetes, mas esteja presente e articulado durante todo o ano, nos diferentes espaços da sociedade.

O que você pensa que cabe ao PT frente a um governo que retira direitos, entrega a soberania e ameaça a democracia e os direitos?

Estamos vivendo um período de profundos retrocessos, nosso país voltou a ser internacionalmente subalterno, novamente a questão social é tratada como “caso de polícia”, estamos num Estado de exceção com forte influência dos militares. O PT precisa adotar uma nova estratégia, para esta nova situação política, ou seja, nova maneira de travar a luta cultural, a luta social, a luta eleitoral/institucional. Almejar transformar a classe trabalhadora em classe dominante, tendo como principal objetivo estratégi-

co a conquista do poder popular e abandonar as Ilusões do caráter de suposta neutralidade do aparato estatal.

Qual o papel do PT na oposição ao governo Leite?

O governo Leite é a continuidade do projeto de Sartori, e elevará o nível de precarização do serviço público, especialmente, na educação, além de ter caráter altamente privatista. Está colocando o Rio Grande do Sul à venda e adota um perfil autoritário, retirando da Constituição Estadual a obrigatoriedade da consulta à população. O PT gaúcho precisa enfrentar esse governo, um PT aliado com os movimentos sociais, de fora para dentro, debaixo para cima, e não somente no parlamento. Representar um projeto de desenvolvimento do Estado conjugado com uma política econômica de distribuição de renda e geração de emprego.

Que partido você encontrou na campanha de 2018 e agora na mobilização do PED?

O PT que encontrei nas eleições de 2018 foi um PT bastante fragilizado. Não havia uma sintonia da direção partidária com a base militante. Tivemos profundas dificuldades na elaboração da nossa estratégia política para retomar o Estado e na elaboração de um programa que tocasse corações e mentes das trabalhadoras e dos trabalhadores. Foi a primeira vez que o PT não conseguiu ir para o segundo turno. Precisamos superar o grau de burocratização em que se encontra a direção partidária, estar mais presentes na vida política do PT, nas regionais, nas cidades, dar suporte político aos vereadores,



Ana Afonso

vereadoras, prefeitos e prefeit- as, incluindo a militância como um todo. O PED demonstrou que nossa militância está carente de debate estratégico e direção, quer fazer a luta, mas a agenda não está clara.

Qual a importância de uma mulher e professora assumir a condição de candidato à presidência do PT gaúcho?

Penso que afirma a necessidade de um perfil militante e de resistência, ao mesmo tempo em que aponta o empoderamento das mulheres para fortalecer a construção partidária e a luta na sociedade. Estamos em tempos de guerra, e o PT precisa ser “sacudido” para enfrentar os desafios colocados. Essa guerra é do empresário contra os trabalhadores, dos machistas contra as mulheres, da ignorância contra a educação libertadora. Precisamos de um partido que seja capaz de promover uma revolução política e cultural, um PT de militantes e não de filiados, de todos os dias e não de eleições. Ou nos organizamos e fazemos a luta ou será a barbárie.

E o papel da luta por Lula

Livre, como construir isto em cada estado?

A condenação e prisão de Lula ferem de morte a democracia. Mas também produzem uma carga simbólica imensa para a classe trabalhadora. Coloca na classe trabalhadora o sentimento de medo, paralisia, desmoraliza. Precisamos enxergar essa luta como central.

Em todos os Estados essa luta deve ser articulada, fortalecida e impulsionada.

Por fim, qual o papel do PT gaúcho na reafirmação do projeto petista combativo no Plano Nacional?

O PT gaúcho tem uma importância enorme dentro do contexto nacional. Leite é Bolsonaro, Bolsonaro é Leite. Não podemos ter dúvidas, em que pese os perfis diferentes de um e de outro, mas quem eles representam (a elite) e o projeto que defendem, é contra o povo pobre e a classe trabalhadora como um todo. Nossa agenda estadual tem de apontar uma estratégia para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, afirmando a soberania nacional como central. ★



Em Tempos de Guerra, a Esperança é Vermelha

Reproduzimos abaixo a resolução aprovada pela direção estadual da AE Rio Grande do Sul, no 16 de setembro de 2019.



1. Nos dirigimos a cada filiado e filiada do partido dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, para saudar a disposição militante que viabilizou a expressiva participação no último Processo de Eleições Diretas do PT e para agradecer, em especial, aos companheiros e companheiras que depositaram sua confiança na tese “Em Tempos de Guerra a Esperança é Vermelha”, onde obtivemos mais de quatro mil e setecentos votos em nossas chapas estadual (4.758) e nacional (4.759).

2. Este resultado é produto do engajamento da militância petista identificada com nossas posições que buscam incidir nos rumos do PT como um instrumento de luta da classe trabalhadora pelo socialismo, pela retomada do trabalho de base, superar a situação de abandono dos municípios; engajar o PT na reorganização de uma frente democrática e popular, como quando nos enfrentamentos e na luta contra o golpe; fazer oposição radical ao governo Eduardo Leite e Bolsonaro.

3. O PT do Rio Grande do Sul teve um crescimento absoluto no número total de votantes, a contar pelo PED passado, o que significa que em alguma medida aumentou-se em termos absolutos a mobilização da base do PT com as discussões internas. Isso num período de resistência e pós golpe é muito importante, demonstra que somos um partido forte e que estamos de pé.

4. Ao que evidenciamos pouco, ou muito pequenas, foram as “divergências” apresentadas em relação a política do próximo período para o PT. Isso, em nossa avaliação, se dá por que no PT hoje há um grande consenso tático alicerçado em: defender os direitos da classe trabalhadora; derrotar os governos Bolsonaro e Leite; libertar e eleger Lula Presidente da República.

5. Contudo, as diferentes interpretações da realidade e as diferentes formulações estratégias acerca do Brasil, da luta de classes e no papel que o PT deve desempenhar que dão origem a organização de diferentes tendências ou correntes internas no PT não estão superadas. Compreendemos que a unidade tática que hoje possuímos tem seus poréns no como e para que iremos enfrentar tais desafios:

6. Defendemos que o PT somente conseguirá defender e ampliar os direitos da classe trabalhadora, derrotar os governos Leite e Bolsonaro, libertar Lula e voltar a governar o Estado e país se alterarmos drasticamente a correlação de forças em favor do nosso bloco histórico. Nesse sentido, compreendemos que não há espaço para uma nova coalizão com a centro direita burguesa e Golpista, e sim para um processo amplo de mobilização dos setores populares em uma forte reconstrução dos movimentos sociais, populares, sindicais e setoriais.

7. Defendemos que o PT lute nesta guerra em curso com o objetivo não somente de voltar a governar o país, o estado e muitos municípios. Acreditamos que devemos vencer para realizar um grande processo de reformas estruturais democráticas, como a reforma agrária, urbana, tributária, política, da comunicação, do sistema financeiro e que se reconstruam a legislação trabalhista e de seguri-

dade social, num processo articulado de luta pelo socialismo.

8. Para isso precisamos de um Partido com outro padrão de funcionamento, um partido militante que funcione permanentemente. Precisamos iniciar um amplo processo de territorialização do partido através da criação de milhares de núcleos por locais de trabalho, estudo, moradia e segmento de militância. Precisamos mais do que CNPJs e condições burocráticas de disputar as eleições, precisamos de um partido forte e atuante na luta social, junto às bases e que seja referência política a classe trabalhadora.

9. Para tanto será fundamental que a próxima direção que será eleita no Congresso Estadual a ser realizado dias 19 e 20 de Outubro opere um mais alto grau de unidade partidária. Precisamos começar a construir a unidade da esquerda brasileira dentro de nossa própria organização interna e nos movimentos sociais. Será necessária toda a disposição ao diálogo para que o PT possa ter uma atuação articulada em todas as frentes da sociedade, e processos de divisão como recentemente vistos no movimento sindical de porto alegre devem ser enfrentados com opinião e firmeza pela direção do partido.

10. Será fundamental para vencerem em 2020 aqui no RS que o PT possua capacidade pública de fazer oposição aos governos neoliberais de Eduardo Leite/Bolsonaro. Será fundamental construirmos candidaturas unitárias da esquerda que capitalizarem e fortaleçam os movimentos sociais e a luta por direitos. Será necessário reinventar o PT de esquerda combativo, que combina a apresentação de um programa político radical, consequente e que ao mesmo tempo denuncia a destruição dos direitos, das liberdades e em última instân-

cia a destruição da vida.

11. Por isso entendemos que necessitamos construir um congresso do PT de fato, um congresso que não seja uma simples celebração de uma política construída nas instâncias burocráticas e através de um número restrito de lideranças. Convocamos ao conjunto da militância do PT, em especial os delegados e delegadas eleitos pelas chapas no último dia 08 para fazerem do momento congressual um oportunidade única de debate e formulação das respostas aos desafios que teremos pela frente.

12. Também por conta de todas as questões elencadas acima, conclamamos a base do partido em conjunto com as direções eleitas no último domingo a desde já iniciar um processo de reorganização partidária nos municípios, seja fundando núcleos, organizando atividades de formação, intensificando a campanha pela Liberdade de Lula e construindo o enfrentamento aos governos autoritários e neoliberais.

13. Por todas essas questões reafirmamos nossa disposição de estar a frente da presidência do PT do Rio grande do Sul nessa próxima gestão, reafirmando a Candidatura da companheira Ana Affonso, que representa fielmente nossas posições e propósitos e que possui capacidade, liderança e disposição para auxiliar o PT na condução das grandes Lutas que virão. Ana é uma companheira experiente, forjada nas lutas sindicais, foi deputada estadual, vereadora por 3 mandatos e na última eleição viajou o Rio Grande ao lado Rosseto, Paim e Abgail para defender nosso projeto! Ana reúne as condições para a ser a Primeira Presidenta Mulher eleita do PT do Rio Grande do Sul!

Viva o PT, Viva o Socialismo, Lula Livre ★

Sim, é possível

■ Daniel Valença

O Processo de Eleições Diretas - 2019 no Rio Grande do Norte contou com uma peculiaridade; pela primeira vez, as eleições internas no estado transcorreram com o PT à frente do Executivo estadual. Tal fato terminou por influenciar o próprio PED, reproduzindo uma lógica comum onde administramos governos e prefeituras: sob o argumento de que a disputa interna levaria ao enfraquecimento do nosso governo, buscou-se a todo tempo uma conformação que impedisse uma disputa profunda sobre os rumos do PT no estado.

No RN, o PT passa por um processo de deterioração de sua capacidade dirigente; esvaziamento, ausência de reuniões do diretório desde o início de nosso governo, deslocamento de alguns de nossos principais quadros do partido para o governo e, principalmente, uma consolidação de uma lógica de que é no ambiente institucional em que se decidem os rumos políticos do estado, e não mais nas instâncias partidárias.

Perante este cenário, Avante, CNB, DS, PT pela Base e Brasil Socialista compuseram um cha-

pão na capital e na disputa estadual, enquanto a AE e a EPS compuseram uma chapa de oposição em Natal e em âmbito estadual. Por outro lado, PT pela Base e BS apoiaram a chapa nacional da AE.

Nosso papel, desde o início do processo, consistiu em reafirmar que precisamos de uma mudança estratégica para a construção de um partido militante e socialista, que reconquiste as classes trabalhadoras e as organize para promover mudanças estruturais em nosso país. O golpe de 2016, a prisão política de Lula, as reformas e processos políticos vivenciados nestes anos reafirmam que ou a nossa revolução será obra de nossas classes trabalhadoras ou nunca superaremos nossa condição de dependência.

Em âmbito local, um PT com enraizamento social, com capacidade de mobilização de massas, que dirija as lutas políticas e dispute hegemonia, poderá contribuir para fortalecer nosso governo. Em sentido oposto, um partido sem organicidade, fragilizado, retirado do tabuleiro político, levará a mais dependência de uma base de sustentação parlamentar de centro e de direita.



Daniel Valença

A partir dessas plataformas, realizamos debates das nossas teses - municipal, estadual e nacional - nos municípios, alcançando maior número de atividades, participação e organicidade em Natal e no Seridó.

Abertas as urnas, tivemos 22% dos votos para as chapas nacionais no estado, levando a chapa “Em tempos de guerra, a esperança é vermelha” a ser a terceira mais votada no estado. Em Natal esse número alcançou 41%, constituindo-se na chapa nacional mais votada. Nossa chapa estadual alcançou 19,6 dos votos para delegados ao congresso estadual. Das 68 cidades que realizaram o PED, com direito a voto nacional e estadual, fomos votados em 42 cidades, tendo militantes orgânicos ou próximos a AE eleitos para a presidência de seis diretórios: São João do Sabugi, Ouro Branco, Nova Cruz, Bom Jesus, Ipueira e Santana do Matos.

Em resumo, saltamos de cerca de 200 votos em 2017 para mais de 600 votos neste processo de eleição interna. Com o resultado, teremos condições de realizar um debate político profundo no con-

gresso estadual e defender a nossa tese estadual. Por outro lado, o crescimento não foi apenas quantitativo, mas, principalmente, qualitativo: militantes históricos que estavam afastados participaram ativamente das inúmeras atividades de debates e discussão de teses que fizemos antes do processo eleitoral, bem como regiões como o Seridó desenvolveram um nível de organicidade que possibilitará, na próxima quadra histórica, uma intervenção política articulada e norteada pela construção de um projeto político autônomo das classes trabalhadoras.

O PED de 2019, localmente, demonstrou que é possível resgatar um partido militante, que priorize uma estratégia socialista e adote táticas cujo centro é a classe trabalhadora, e não alianças com partidos de centro e direita que atacam a democracia e direitos sociais, como os trabalhistas e os previdenciários. ★

Daniel Araújo Valença é professor da UFERSA, membro da Direção Estadual da AE e candidato a presidente estadual do PT



Lula pelo Brasil - Currais Novos (RN), 27/08/2017. Foto: Ricardo Stuckert



O PED e o pensamento único

■ Ariana C Rumstain

Os debates e discussões que se iniciam no dia da eleição e, sobretudo, no pós-eleição, relacionados à contagem de votos e acusações de fraude alguns já seriam o bastante para render uma reflexão, mas vou me ater a algo que considero igualmente grave: todo o processo que antecede o dia das eleições, e que envolve a montagem das chapas, a elaboração de uma tese, os debates e as conversas com os militantes com o intuito de discutir as propostas. Assim, partindo do caso concreto de São Bernardo do Campo, procuro trazer elementos para avaliação do PED e um apelo à insurgência da militância.

A montagem de uma chapa deveria ser um processo encarado com certa naturalidade no que chamamos de democracia. Ter que explicar, já na construção da tese, as razões pelas quais estávamos montando uma chapa, todavia, foi uma espécie de didatismo necessário, após uma desrespeitosa e covarde ação contra uma alternativa para a disputa que estava sendo construída. O que se sucedeu, após uma reunião em que participaram um bom número de parlamentares (ou seus representantes) e de militantes para defender o nome de um companheiro valoroso para presidência do diretório, foi uma desmobilização generalizada. Aqueles que apresentavam falas firmes de apoio claro ao companheiro, na certeza de que o nome indicado era o único capaz de articular uma proposta de enfrentamento ao momento atual de forma crítica e coerente, propondo a construção de uma chapa, foram desmobili-



zados de forma surpreendente na reunião seguinte. Essa desmobilização foi, na verdade, um golpe baixíssimo. Tal “convencimento” para abandonar as convicções dos apoiadores de outra alternativa, foi dotado de uma covardia que envolveu argumentos ofensivos a um companheiro de lutas que já foi, inclusive, presidente do diretório de São Bernardo em outros tempos. A surpreendente e efetiva força desse empenho em desmobilizar a construção de uma chapa que enfrentaria a CNB no PED municipal, no entanto, é também reveladora da potencialidade e dos anseios de muitos militantes em mudar a proposta do campo majoritário na condução do diretório.

Gostaria ainda de destacar outros três elementos que marcaram o processo antes do dia da eleição: a construção da tese, o debate e o processo de convencimento da militância. O primeiro, que se refere à construção de uma tese, é revelador do desprezo pelas ideias e da certeza que alguns possuem da vitória. A tese apresentada pela chapa da CNB não passava de uma cópia de versões anteriores, com informações descontextualizadas, num claro desrespeito à militância e um indicativo de que a prática não mudará mesmo em um novo momento.

Quando questionados, no debate, sobre a participação efetiva dos militantes em todos os processos, inclusive no de disputa sobre a escolha do vice à prefeitura, o candidato eleito da CNB à direção do diretório respondeu que a escolha de vice não é para ser debatida – comparando tal escolha de ordem política a “escolher uma mulher para outro se casar”.

“A tese apresentada pela chapa da CNB não passava de uma cópia de versões anteriores, com informações descontextualizadas, num claro desrespeito à militância e um indicativo de que a prática não mudará mesmo em um novo momento.”

Quanto ao segundo elemento, nota-se que, embora seja obrigatória a realização de debates no processo, há várias formas de impedir que isso ocorra de fato. A criação de eventos paralelos ao

dia do debate e o próprio desprezo pela elaboração do documento de apresentação da tese já reforçam essa desqualificação do debate. O terceiro elemento, por fim, é o processo de convencimento dos militantes para compor ou votar na nossa chapa, que foi lançada a despeito do ato absolutamente repugnante que impediu a possibilidade de compor com outros grupos e militantes. Quando falávamos com alguns companheiros era claro o receio de se contrapor à chapa do chamado “campo majoritário”, uma vez que um dos principais apoiadores dela era o ex-prefeito. Isso porque alguns têm receio de, ao se contrapor, acabarem se “queimando”, afinal, “estamos alguns desempregados... ainda...” – alegou um militante, ainda que revelasse estar descontente com as práticas políticas adotadas pela CNB no município. Um claro sinal de que a lógica eleitoral é utilizada para submeter os militantes e trabalhadores.

Alguns de nossos dirigentes, com argumentos de que agora não seria o momento adequado para dividir o “partido” e de que temos que nos unir em razão da situação, esquecem-se de que o surgimento do próprio PT e sua riqueza são frutos não da produção de consensos que confluem para um pensamento único, mas da discussão de ideias e de propostas, sem a qual não há construção possível. ★

Ariana C Rumstain é militante do Partido dos Trabalhadores, estudou Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ e é socióloga na Prefeitura de São Bernardo do Campo.

O PED no PT baiano

■ Mateus Santos



Milhares de petistas baianos foram às urnas dia 8 de setembro para participarem do Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, visando à escolha das novas direções municipais e das representações para os Congressos Estadual e Nacional. Realizado em mais de 250 municípios, essa etapa da vida partidária ficou, dentre outras coisas, marcada por polêmicas em torno da apuração dos votos, especialmente pelo envio tardio de atas e resultados, o que criou impasses quanto à validade de boa parte dos resultados no estado, pelo menos até o presente momento (17/09).

Fora tais questões, o PED baiano se reveste de grande importância. Além de ser um dos maiores colégios eleitorais do partido, o fato de governar a Bahia por mais de 13 anos coloca esse estado como um ponto demasiadamente estratégico para as pretensões sobre o futuro do PT nacional e, conseqüentemente, na política do estado. No âmbito estadual, seis chapas entraram na disputa pelos rumos do partido. Liderados por Jaques Wagner

e outras lideranças expressivas, o “Renova PT” de Éden Valadares obteve quase 40%, não garantindo a maioria absoluta para o Congresso Estadual. Com mais de 27% dos votos, a chapa liderada pelo deputado estadual Jacó, com apoio do atual presidente Everaldo Anunciação, aparece em segundo lugar. Em terceiro e quarto lugar, tendo respectivamente 16,5 e 12,5%, aparecem as chapas das pré-candidatas Lucinha (EPS) e Élen Coutinho (Avante). Por fim, o Diálogo de Ação Petista (DAP) e a chapa da Articulação de Esquerda e do Esquerda Unida, “A Esperança é Vermelha, Lula Livre”, saíram com 2,3% e 1,02% do Congresso, nessa ordem.

Antes mesmo do término do PED, movimentações entre os pré-candidatos já indicavam que a maioria absoluta não seria conquistada por nenhuma das chapas, sendo necessário, portanto, a constituição de alianças. Possibilidades de acordos entre alguns dos quatro primeiros colocados serão fundamentais para a escolha do próximo presidente do PT baiano.

“ Em meio às contradições existentes entre governo e partido, seguirá o PT da Bahia para a definição de sua política no Congresso de 19 e 20 de Outubro, como também o segundo turno da eleição presidencial em Salvador. Por meio da candidatura do companheiro Jorge Braga à estadual, esperamos cumprir um importante papel de tensionamento no debate político. ”

Em Salvador, a apuração municipal foi marcada por muita divergência. Tendo 5 candidatos e candidatas à presidente do PT Salvador, a eleição foi marcada por bastante agitação, haja vista os debates e as movimentações dos principais candidatos. A polêmica ficou marcada por conta da existência de uma urna extra. Sem a apuração desta, o candidato Ademário Costa (AVANTE) possuía cerca de 49%. Caso a urna fosse aberta, a eleição poderia ser decidida ainda em Primeiro Turno, haja vista a necessidade de um pouco menos de 30 votos.

Apesar dos impasses envolvendo os dois lados e os posicionamentos da COE e da SORG, a eleição foi para segundo turno, no qual Ademário Costa foi elei-

to presidente do PT de Salvador. Para aqueles que acompanham a política baiana, um passo fundamental para a discussão sobre o futuro do PT na capital e, sem nenhum exagero, no estado.

As chapas da Articulação de Esquerda, diante do processo de reconstrução em terras baianas, tiveram bons desempenhos. Em Feira de Santana, para além da disputa do diretório municipal e da presidência, a participação da AE permitiu a colocação de debates fundamentais em torno da atuação do PT na cidade, tais como a postura sobre as eleições de 2020. Em Mairi, a chapa “A Esperança é Vermelha, Unidade Pela Base” teve êxito, tendo à frente o companheiro Floriano Rios e contando com o apoio de militantes históricos na cidade. Na capital baiana, Walter Takemoto teve pouco mais de 100 votos, numa candidatura que reuniram militantes e comitês ativos da cidade, levando uma importante discussão acerca de um PT mais militante e combativo.

Em meio às contradições existentes entre governo e partido, seguirá o PT da Bahia para a definição de sua política no Congresso de 19 e 20 de Outubro, como também o segundo turno da eleição presidencial em Salvador. Por meio da candidatura do companheiro Jorge Braga à estadual, esperamos cumprir um importante papel de tensionamento no debate político, estimulando à problematização sobre os rumos do governo da Bahia e a situação do partido. Esperamos discutir e construir um PT de massas, capaz de enfrentar o bolsonarismo em nosso estado e garantir um governo dos e para os trabalhadores. ★

Mateus Santos é da Executiva da JPT Bahia



A peculiar Paraíba

■ David Soares

Na Paraíba o Processo de Eleições Direitas (PED) 2019 aconteceu marcado por uma peculiaridade: pela primeira vez na história do partido, não houve disputa para composição das direções. A necessidade de fortalecimento do PT, a partir de um projeto partidário, impôs a necessidade de construção de uma unidade programática entre todos os segmentos do partido. Apesar de termos eleito o companheiro Frei Anastácio deputado federal, pela primeira vez, desde 1990, o PT da Paraíba não elegeu nenhum deputado estadual e conta hoje com apenas um prefeito entre os 223 municípios do estado

Neste cenário de reconstrução de nosso protagonismo, destacamos a forte presença da militância no PED 2019, confirmando o PT como um partido enraizado nas



“ Na capital João Pessoa, elegemos a companheira Giucélia Figueiredo, da Articulação de Esquerda, como presidenta do Diretório Municipal. ”

lutas de nosso povo e um patrimônio da classe trabalhadora.

O desempenho da AE no PED da Paraíba poderá ser observado pelo peso de nossa chapa nacional. Aprimeira vista, se comparamos este PED com a disputa de 2015, caímos de 17% para 8,5%. No entanto, na disputa deste ano, diferente do PED anterior, a AE disputou sozinha, sem a participação de outras forças políticas.

Na capital João Pessoa, elegemos a companheira Giucélia Figueiredo, da Articulação de Esquerda, como presidenta do Diretório Municipal. Aqui também a AE não contou com outras forças políticas e, apesar de nossas limitações, nos estabelecemos como a 2ª força isoladamente, com 15% dos votos— perdendo apenas para a CNB. O DM de João Pessoa será o responsável pela condução do partido em uma disputa crucial

na correlação de forças na política paraibana: a disputa pela prefeitura municipal.

Para Giucélia é imprescindível a manutenção e intensificação da campanha “Lula Livre”. Para ela, a liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é imperativa não apenas para mudar a correlação de forças na política nacional, mas, para a garantia do próprio estado democrático de direito.

Diante do enfraquecimento da direita tradicional e da derrocada de oligarquias políticas locais tradicionais, o próximo período na Paraíba tende repetir o cenário nacional de forte polarização entre a extrema-direita e a esquerda. O PT terá um peso político real nessa conjuntura, que fará das eleições municipais disputas extremamente nacionalizadas. ★

David Soares é militante da AE Paraíba

PT
40 Anos
PARTIDO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS
AGENDA 2020

Agenda 2020
Adquira a sua em editorapagina13.org.br

Página 13

Curso
A HISTÓRIA DO IMPERIALISMO ESTADO-UNIDENSE

início, 5 de outubro
Rua General Jardim, 522
Vila Buarque, São Paulo - SP

ELAHP
Escola Latino-americana de História e Política
mais informações
www.elahp.com.br